

ERICH LEONARDO RATZAT

**NOTAS E APONTAMENTOS PARA ESTUDO
DE O CAPITAL DE KARL MARX**

Florianópolis

2003

ERICH LEONARDO RATZAT

**NOTAS E APONTAMENTOS PARA ESTUDO
DE O CAPITAL DE KARL MARX**

**Monografia submetida ao Departamento de Ciências
Econômicas na Área de Economia Marxista, para
obtenção de carga horária na disciplina CNM 5420 –
Monografia, pela Universidade Federal de Santa
Catarina.**

Orientador: Prof. Idaleto Malvezzi Aued

Florianópolis

2003


UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota 9,5 ao acadêmico Erich Leonardo Ratzat na disciplina CNM 5420 – Monografia pela apresentação deste trabalho.

BANCA EXAMINADORA:



Prof. Dr. Idaléto Malvezzi Aued
Presidente



Prof. Dr. Nildo Domingos Ouriques
Membro

Prof. Márcio Moraes Rutkoski
Membro

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo primeiro, fazer análise sobre o método marxista, ou seja, a dialética materialista e o materialismo histórico para poder entender o processo de montagem da teoria de K. Marx. Depois de explicado o método, passou a ser investigadas algumas das categorias marxistas que são peça chave para compreender o presente trabalho, assim, explicadas essas variáveis, passou-se então, à análise da mais-valia, que é a questão fundamental do texto. Nas seções seguintes foram abordados o modo de produção feudal e o modo de produção escravagista, onde foram explicitadas as características mais comuns desses modos e feitas comparações com o modo capitalista de produção. Este é analisado em uma seção a parte seguida pela abordagem de suas relações sociais. Por fim, as seções seguintes abordam a produção capitalista dentro da fábrica e a circulação do capital industrial.

Palavras Chaves: Relações sociais; Modo capitalista de produção; Reprodução do capital;

Mais-valia.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I - MÉTODO DE KARL MARX	5
CAPÍTULO II - ASPECTOS TEÓRICOS.....	11
CAPÍTULO III - TEORIA DA MAIS-VALIA.....	17
CAPÍTULO IV - O MODO DE PRODUÇÃO ESCRAVAGISTA.....	26
CAPÍTULO V - O MODO DE PRODUÇÃO FEUDAL	30
CAPÍTULO VI - PRODUÇÃO CAPITALISTA.....	34
CAPÍTULO VII - AS RELAÇÕES SOCIAIS	38
CAPÍTULO VIII - ENTRANDO NA PRODUÇÃO CAPITALISTA.....	41
CAPÍTULO IX - A CIRCULAÇÃO DO CAPITAL INDUSTRIAL	52
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	55
BIBLIOGRAFIA	63

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

As relações sociais no mundo de hoje aparecem aos olhos comuns como totalmente transparentes. Se perguntarmos a qualquer pessoa como ela vive, a resposta sem sombra de dúvidas será: vivo do meu trabalho. Porém por que esta pessoa e seu patrão estão em lados opostos na divisão de classes, por que uns são chamados de capitalistas e outros de assalariados, por que uns ganham mais e outros menos, essas perguntas nos faz parar e pensar na sociedade atual e tentar esclarecer e desmistificar algumas lendas em torno das relações sociais.

Somos regidos pela religião, pela política, por valores morais, éticos e outros valores e cada corrente tenta explicar a origem das pessoas e dependendo da fé, acreditamos. Para a Igreja, somos frutos de uma criação divina, os pobres são pobres porque Deus quis, da mesma forma acontecendo com os ricos. Para o espiritismo, aqueles que sofrem hoje estão pagando por erros e pecados cometidos em outras vidas, e aqueles que gozam hoje estão desfrutando o direito adquirido em outras vidas também onde praticaram o bem. A política explica que a divisão dos homens é fruto de uma série de fatores como educação, família, posição social, local de nascimento, etc. Cada corrente tenta explicar, tenta se auto explicar, devemos, entretanto, esquecer nesse momento tudo o que nos foi dito e partir da formulação de que a humanidade já se colocou principalmente pela economia política e por Karl Marx, como explicação para além do homem comum, assim, devemos entender o modo de funcionamento da sociedade atual, como as pessoas se relacionam, por que se relacionam dessa maneira e como que o atual modo de produção determina as condições de vida das pessoas.

O presente trabalho se baseará em O Capital, obra de Karl Marx como a linha mestra, pois é com este autor que a economia política aparece nua e pode compreender os enigmas e as interpretações errôneas da economia vulgar. Essa obra que até hoje conserva sua importância e atualidade através do tempo e consegue explicar o modo de funcionamento da sociedade atual sem deixar vazios incompreensíveis. Em O Capital, Karl Marx desenvolve a teoria e a história do capitalismo na plenitude de sua abstração, em outras palavras, desenvolve a teoria do capitalismo em seu surgimento, desenvolvimento e desaparecimento, ou seja, como que o próprio sistema cria as bases para sua autonegação. Enquanto que outros teóricos conseguiram explicar a história do capitalismo, deixaram a desejar em relação aos problemas teóricos, incompreensíveis para eles. É justamente por essa razão que se estudará Karl Marx neste trabalho e principalmente sua obra principal, O Capital.

OBJETIVOS GERAIS

O objetivo do presente trabalho é analisar as relações sociais no modo capitalista de produção, identificar como os homens se relacionam e por que se relacionam desta maneira, como e por que a sociedade é dividida em duas classes que se opõe, capitalistas de um lado e assalariados do outro.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Os objetivos específicos deste texto visam a análise da mercadoria capitalista – uma abordagem marxista – e como a mais-valia se esconde por detrás das relações entre coisas, ou seja, entre mercadorias, onde seus possuidores se defrontam como indivíduos livres e iguais, somente se distinguindo através da mercadoria que cada um carrega consigo, esta é

simplesmente a aparência da relações social no modo capitalista de produzir, onde a mais-valia fica obscurecida, sendo impossível explicá-la a partir de sua aparência, é somente quando a análise ultrapassa a superfície dos fenômenos e atinge a essência da questão que é possível entender e explicar as relações sociais no modo de produção capitalista.

METODOLOGIA

O presente trabalho está baseado na obra de Karl Marx, mais precisamente em sua obra principal O Capital. Para a elaboração do texto foi realizada leitura dos livros pertinente, além de debates com alguns professores.

CAPÍTULO I - MÉTODO DE KARL MARX

1. MÉTODO DE KARL MARX

Neste capítulo será abordado o método de Karl Marx, para entender o processo de materialização do raciocínio de suas obras. O método de análise de Marx sobre os fenômenos por ele estudados é o método dialético materialista, e é empregado igualmente na história e na filosofia, foi através da dialética materialista que K. Marx construiu toda sua formulação teórica.

Em que consiste então a dialética? Esse método nos ensina que não existe uma verdade abstrata, esta é sempre concreta. Empregando esse princípio à economia política, K. Marx a transforma radicalmente, pois buscou o concreto em todas as categorias e leis da economia política, ou seja, investigou sob que premissas históricas estas categorias e leis entram em vigor e adquirem força. Assim, o autor descobre o caráter histórico da economia política, entretanto não no sentido de ciência descritiva. Seu caráter histórico se expressa, primeiramente, em que seu objeto, mediante o qual se estudam as formações econômicas, está historicamente condicionado e, em segundo lugar, todas as categorias e leis são também historicamente condicionadas.

Para K. Marx, o valor é uma categoria histórica:

“Uno de los defectos fundamentales de la economía política clásica es el no haber conseguido jamás desentrañar del análisis de la mercancía, y más especialmente del valor de ésta, la forma del valor que lo convierte en valor de cambio. Precisamente en la forma persona de sus mejores representantes, como Adam Smith y Ricardo, estudia la forma del valor como algo perfectamente indiferente o exterior a la propia naturaleza de la mercancía. La razón de esto no está solamente en que el análisis de la magnitud del valor absorbe por completo su atención. La causa es más honda. La forma de valor que reviste el producto del trabajo es la forma más abstracta y, al mismo tiempo, la más general del régimen burgués de producción, caracterizado así como una modalidad específica de producción social y a la par, y por ello mismo, como una modalidad histórica. Por tanto, quien vea en ella forma natural eterna de la producción social, pasará por alto necesariamente lo que hay de específico en la forma

del valor y, por consiguiente, en la forma mercancía, que, al desarrollarse, conduce a la forma dinero, a la forma capital, etcétera.” (MARX, 1973: 47-48).

Essa citação deixa claro como devem ser interpretado o caráter concreto e histórico das categorias da economia política; são históricas e concretas, pois somente são válidas para um modo de produção determinado que as condicionam. Contudo, nos limites deste modo de produção reflete os traços mais gerais e típicos do modo, ou seja, refletem o abstrato. Desse modo, inclusive a categoria mais abstrata, como a forma do valor, está ao mesmo tempo historicamente determinada, ou seja, é histórico-concreta.

A dialética materialista exige que os fenômenos sejam analisados, não isoladamente nem em repouso, e sim em suas inter-relações gerais e em sua dinâmica.

O movimento como disse F. Engels, “es de por si una contradicción”. Para exemplificar essa frase, Engels analisa o movimento mecânico simples de um corpo e termina dizendo: “Y el surgimiento continuo y la solución simultánea de esta contradicción, es precisamente lo que constituye el movimiento.” (ENGELS, 1975: 147).

No Capital, K. Marx estuda precisamente assim os fenômenos econômicos, em suas inter-relações e movimentos, em seu constante surgimento e solução das contradições. Desde o princípio, a mercadoria se toma como “la forma de la célula económica de la sociedad burguesa”, ou seja, não de forma isolada. A mercadoria é o ponto inicial da totalidade, e se investiga em suas contradições entre o valor-de-uso e o valor; valor que na troca se transforma de contradição interna para contradição externa, em contradição entre a forma relativa do valor e a forma equivalente. Esta contradição encontra sua solução, ou seja, a forma de seu movimento, no dinheiro; mas a própria mercadoria e o dinheiro se manifestam não como coisas isoladas, e sim como os dois pólos de expressão do valor. Por conseguinte, nos encontramos frente ao fenômeno estudado em sua inter-relação e movimento.

O resto dos fenômenos é analisado da mesma maneira. Temos por exemplo a conversão de dinheiro em capital, tomado por si mesmo e fora do movimento, o dinheiro não pode se converter em capital; isto só pode acontecer quando o dinheiro: 1) se contrapõe como mercadoria à força de trabalho; 2) se transforma em força de trabalho e meios de produção. O movimento formal se complementa com o processo real da produção.

Marx escreve:

“El capital, como valor que se valoriza, no encierra solamente relaciones de clase, un determinado carácter social, basado en la existencia del trabajo asalariado. Es un movimiento, un proceso cíclico a través de diferentes fases, que, a su vez, se halla formado por tres diferentes etapas. Sólo se le puede concebir, pues, como movimiento, y no en estado yacente.” (MARX, 1973: 100)

Por fim, Marx não foi somente um dialético, mas um materialista: seu método é o método do materialismo dialético, dito com mais precisão, somente em Marx a dialética recebe um sentido mais racional porque se faz materialista.

1.1 O MATERIALISMO HISTÓRICO

O material transposto por Marx em O Capital, não é mais do que o modo de produção capitalista, que se transforma dialeticamente, durante seu surgimento, desenvolvimento e dinâmica, que o conduz até seu contrário, ou seja, até sua negação.

Quando se diz respeito aos fenômenos histórico-sociais, o método do materialismo dialético se reveste na forma do método do materialismo histórico: “En la producción social, de su existencia, los hombres entran en relaciones determinadas, necesarias, independientes de su voluntad; estas relaciones de producción corresponden a un grado determinado de

desarrollo de sus fuerzas productivas.” (MARX, 1973: 50) Deste princípio parte Marx para sua investigação do modo burguês de produção, buscando atrás das relações entre as coisas, as relações entre os homens que, independentes de suas vontades, correspondem a um grupo determinado de desenvolvimento das forças produtivas materiais. O valor, a mais-valia, e todas as demais categorias da economia política refletem totalmente relações de produção objetivas. Ao analisar o processo de troca Marx escreve:

“Para que estas cosas se relacionen las unas con las otras como mercancías, es necesario que sus guardianes se relacionen entre sí como personas cuyas voluntades moran en aquellos objetos, de tal modo que cada poseedor de una mercancía sólo pueda apoderarse de la otra por voluntad de éste y desprendiéndose de la suya propia; es decir, por medio de un acto de voluntad común a ambos. Es necesario, por consiguiente, que ambas personas se reconozcan como propietarios privados. (...) Aquí, las personas sólo existen las unas para las otras como representantes de sus mercaderías, o lo que es lo mismo, como poseedores de mercancías. En el transcurso de nuestra investigación, hemos de ver constantemente que los papeles económicos representados por los hombres no son más que otras tantas personificaciones de las relaciones económicas en representación de las cuales se enfrentan los unos con los otros.” (MARX, 1973: 51-52.)

As relações entre os homens não dependem de seu livre arbítrio, pelo contrário, “...esta relación jurídica, que tiene por forma de expresión el contrato es, hállese o no legalmente reglementada, una relación de voluntad em que se refleja la relación económica.” (MARX, 1973: 51). Sabemos que os capitalistas são considerados por Marx como a personificação do capital, e este como uma relação de produção entre os donos dos meios de produção e circulação, por uma parte, e os donos da força de trabalho por outra.

Todo O Capital foi construído sobre a base de outra importante tese do materialismo histórico:

“En una fase determinada de su desarrollo, las fuerzas productivas de la sociedad entran en contradicción con las relaciones de producción existentes, o lo cual no es más que su expresión jurídica con las relaciones de propiedad en cuyo interior se habían movido hasta entonces. De formas evolutivas que eran, estas relaciones se convierten en trabas de estas

fuerzas. Entonces se abre una época de revolución social.” (MARX, 1975: 10.)

Em *O Capital*, as relações de produção não se estudam separadas das forças produtivas, e sim como formas de desenvolvimento e ao mesmo tempo, como uma espécie de freio delas.

As relações de produção são inseparáveis do processo de produção. Todos os produtores são em essência, “individuos que producen en la sociedad”. As relações de produção fazem com que a produção seja “socialmente determinada”. Embora cada produtor trabalhe de forma isolada, independente dos demais, toda sua produção estará socialmente determinada. Assim, a matéria-prima sobre a qual trabalha e os meios de existência que o mantém durante seu trabalho, tudo isto foi recebido de outros produtores. Inclusive a habilidade e os hábitos de trabalho constituem o resultado do desenvolvimento social.

CAPÍTULO II - ASPECTOS TEÓRICOS

2. ASPECTOS TEÓRICOS

Devemos, primeiramente, analisar a teoria marxista e seus conceitos fundamentais, para depois explicar a reprodução da condição humana no modo capitalista de produzir. K. Marx parte da mercadoria, célula de todo este modo de produção, apesar de coisa, a economia não trata de coisas e sim de relações sociais, vem sempre “unidas a cosas y aparecen como cosas” (MARX e ENGELS, 1985: 385-386).

Marx identifica as relações sociais como relações entre compradores e vendedores, como pessoas iguais, pois se supõe que se encontram nas mesmas condições de trabalho “[...] de tal modo que cada poseedor de una mercancía sólo puede apoderarse de la de otro por voluntad de éste y desprendiéndose de la suya propia... Es necesario, por consiguiente, que ambas personas se reconozcan como propietarios privados” (MARX, 1973: 51-52). Ou seja, ambos são proprietários privados de seus produtos, e juridicamente ambos são iguais perante a lei.

Em segundo lugar, os proprietários de mercadorias alienam entre si o produto de seus trabalhos, convertem o disperso trabalho individual em trabalho social. Em terceiro lugar o caráter social do trabalho se manifesta por meio do mercado e da troca e se reflete nas relações das coisas.

Lênin define o capitalismo como:

“Según su estudio [de Marx], los rasgos esenciales del capitalismo son: 1) La producción mercantil como forma general de la producción. El producto toma la forma de mercancía en los más diferentes organismos de producción social, pero sólo en la producción capitalista esta forma del producto del trabajo viene a ser general y no particular, no única ni casual. 2) La forma mercantil es tomada no sólo por el producto del trabajo sino también por el trabajo, es decir, la fuerza de trabajo del hombre. El grado de desarrollo de la fuerza de trabajo en su forma mercantil caracteriza el grado de desarrollo del capitalismo.” (LENIN, 1967: 458-459.)

A mercadoria inicialmente, para K. Marx é revestida de duplo caráter, valor-de-uso e valor-de-troca. O primeiro identifica-se por ser ela objeto útil, através de suas propriedades materiais. O valor-de-troca se estabelece primeiramente numa relação quantitativa entre duas mercadorias, ou seja, quanto de determinada mercadoria A equivale determinada mercadoria de B. Entretanto, nesse ponto se estabelece uma questão: como determinar as quantidades proporcionais em que se pode trocar uma mercadoria por outra, quem define o quanto que cada mercadoria vale? Assim, põe-se de lado o valor-de-uso das mercadorias, pois como tais só se distinguem qualitativamente, são de materiais diferentes, o que importa saber é a relação quantitativa que se estabelece agora. Marx esclarece:

“Ao desaparecer o caráter útil dos produtos do trabalho, também desaparece o caráter útil dos trabalhos neles corporificados; desvanecem-se, portanto, as diferentes formas de trabalho concreto, elas não mais se distinguem umas das outras, mas reduzem-se, todas, a uma única espécie de trabalho, o trabalho humano abstrato.” (MARX, 1998: 60).

Ou seja, é dispêndio de energia física e mental sem levar em consideração como foi gasta essa energia, assim toda mercadoria capitalista é resultado do dispêndio de força de trabalho humano. A pergunta que segue é: como medir a grandeza do valor de determinada mercadoria? E a resposta é, através do trabalho, ou seja, o valor de uma determinada mercadoria é medido pela quantidade de trabalho gasta durante sua produção, sendo que a quantidade de trabalho mede-se pelo tempo de sua duração, e o tempo de trabalho por frações de tempo como dias, horas etc. Temos que “O que determina a grandeza do valor, portanto, é a quantidade de trabalho socialmente necessária ou o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de um valor-de-uso.” (MARX, 1998: 61). Sendo que tempo de trabalho socialmente necessário é o “tempo de trabalho requerido para produzir-se um valor-de-uso qualquer, nas condições de produção socialmente normais existentes e com o grau socialmente médio de destreza e intensidade do trabalho.” (MARX, 1998: 61). A

produtividade do trabalho que também influi no tempo de trabalho é determinada por vários fatores entre eles: a destreza média dos trabalhadores, o grau de desenvolvimento da ciência, a organização do processo de produção, a eficácia dos meios de produção e seu volume e as condições naturais.

Em resumo: quanto maior a produtividade do trabalho, tanto menor o tempo de trabalho requerido para produzir uma mercadoria, e quanto menor a quantidade de trabalho que nela se cristaliza, menor seu valor, sendo o inverso verdadeiro.

O produto para se tornar mercadoria, tem de ser transferido a quem vai servir como valor-de-uso por meio da troca. Nenhuma coisa pode ser valor se não é objeto útil. Assim sendo, já que sabemos que a mercadoria é fruto do trabalho, cabe analisar essa variável capaz de criar valor, o trabalho.

De acordo com Marx, o trabalho possui duplo caráter: quando se expressa como valor, não possui mais as mesmas características que lhe pertencem como gerador de valores-de-uso. No conjunto formado pelos valores-de-uso diferentes, ou pelas mercadorias materialmente distintas, manifesta-se um conjunto correspondente dos trabalhos úteis diversos - a divisão social do trabalho, ela é condição para que exista a produção de mercadoria.

O valor-de-uso de cada mercadoria representa um trabalho útil particular. O trabalho, como criador de valores-de-uso como trabalho útil, é indispensável à existência do homem. Os valores-de-uso são conjunções de dois fatores, matéria fornecida pela natureza e trabalho. O trabalho não é a única fonte dos valores-de-uso, a natureza também atua.

Passemos para o valor das mercadorias.

O trabalho do alfaiate e do tecelão, embora atividades produtivas qualitativamente diferentes, são ambos dispêndio de energia humana do cérebro, músculos, nervos, mãos, etc..., são ambos trabalho humano. O valor da mercadoria representa dispêndio de trabalho

humano em geral. Se o trabalho contido na mercadoria, do ponto de vista do valor-de-uso, só interessa qualitativamente, do ponto de vista da grandeza do valor só interessa quantitativamente e depois de ser convertido em trabalho humano, puro e simples.

Todo trabalho é, de um lado, dispêndio da força humana de trabalho, no sentido fisiológico, e, nessa qualidade de trabalho humano igual ou abstrato, cria o valor das mercadorias. Todo trabalho, por outro lado, é dispêndio de força humana de trabalho, sob forma especial, para um determinado fim, e, nessa qualidade de trabalho útil e concreto, produz valores-de-uso.

Expliquemos melhor o duplo caráter do trabalho. Marx quando analisa a mercadoria capitalista afirma que a mesma possui um duplo caráter, como valor-de-uso e como valor-de-troca, então é necessário também que o trabalho representado nessa mercadoria possua um duplo caráter.

O trabalho concreto, Marx o caracteriza pelos seguintes elementos: em primeiro lugar, é um trabalho útil que produz valor-de-uso; em segundo, produz um valor-de-uso qualitativamente determinado e se contrapõe a outros tipos de trabalho que produzem outros tipos de valores-de-uso. Este último ponto serve de base para a divisão social do trabalho, sobre a qual está assentada a circulação mercantil e todo o sistema da economia mercantil. Entretanto aqui mesmo Marx faz uma observação de que “...es la división social del trabajo, condición de vida de la producción de mercancías, aunque ésta no lo sea a su vez, de la división social del trabajo.” (MARX, 1973: 9-10). Em terceiro lugar, o trabalho concreto não está ligado com nenhum condicionamento histórico de organização do trabalho; “...como creador de valores-de-uso, es decir, como trabajo útil, el trabajo es, por tanto, condición de vida del hombre, y condición independiente de todas las formas de sociedad, una necesidad perenne y natural.” (MARX, 1973: 10).

Por fim, em quarto lugar, o trabalho concreto pode realizar-se somente quando unido as forças da natureza e apoiando-se nelas, por isso “...el trabajo no es, pues, la fuente única y exclusiva de los valores-de-uso que produce, de la riqueza material. El trabajo es, como ha dicho William Petty, el padre de la riqueza, y la tierra la madre.” (MARX, 1973: 11).

Cabe agora analisar o outro sentido do trabalho, o trabalho abstrato. A abstração das formas concretas do trabalho não é simplesmente um processo mental, mas se efetua objetivamente mediante o mesmo processo de produção de mercadorias. Em seu livro, *Contribución a la crítica de la economía política*, Marx escreve:

“En primer lugar la simplicidad no diferenciada del trabajo es la igualdad de los trabajos individuales que se relacionan unos con los otros, como con el trabajo igual, y esto por la reducción efectiva de todos los trabajos a trabajo homogéneo.” (MARX, 1975: 23).

Marx também já havia dito, “Esta reducción [redução de diferentes tipos de trabalho a apenas um] presenta la apariencia de una abstracción; pero es una abstracción que tiene lugar todos los días en el proceso de producción social.” (MARX, 1975: 21.)

Toda análise sobre o duplo caráter do trabalho pode ser entendida pela formulação que Marx faz que resume a diferença entre o trabalho abstrato, que engendra o valor, e o trabalho concreto, que cria valor-de-uso:

“Todo trabajo es, de una parte, gasto de la fuerza humana de trabajo en sentido fisiológico y, como tal, como trabajo humano igual o trabajo humano abstracto, forma el valor de la mercancía. Pero todo trabajo es, de otra parte, gasto de la fuerza humana de trabajo bajo una forma especial y encaminada a un fin y, como tal, como trabajo concreto y útil, produce los valores de uso.” (MARX, 1973: 14.)

CAPÍTULO III – TEORIA DA MAIS-VALIA

3. TEORIA DA MAIS-VALIA

Explicadas algumas categorias básicas do marxismo, faz-se necessário nesse momento entrar na questão chave que se propõe o presente trabalho. É atrás dessa categoria que se esconde o verdadeiro sentido das relações sociais no capitalismo, em razão disso será esclarecido o enigma da mais-valia na presente seção.

Devemos analisar a mercadoria fonte da riqueza, para Marx o capital adiantado se divide em capital constante que é a parte do capital em que se converte em meios de produção, ou seja, valor dos instrumentos de trabalho, de matéria-prima etc e que não tem alterado a magnitude de seu valor no processo produtivo e por isso é chamado capital constante; e capital variável que é a parte do capital convertida em força de trabalho e que tem capacidade de criar valor durante o processo produtivo. O primeiro transfere proporcionalmente ao próprio desgaste seu valor ao produto enquanto que o segundo cria valor, cria a mais-valia, assim toda mercadoria capitalista tem seu valor dividido em capital constante, capital variável e mais-valia, esta última que é a parte que o capitalista apropria sem dar em troca nenhum equivalente ao trabalhador na produção.

Entretanto, nossa investigação começa com o entendimento do movimento do capital, como aparece na superfície dos fenômenos, como valor que em seu movimento tem o dom de criar valor por ser ele mesmo valor. A questão é, de onde sai essa força mágica de criar valor? Esta pergunta é fácil de responder quando nos transportamos dos objetos e seu movimento para as relações sociais que se ocultam por trás deles.

Tomamos como ponto de partida a transformação do dinheiro em capital, e o novo papel que o dinheiro exerce nesse momento. A compra da força de trabalho é o elemento essencial sem a qual não é possível transformar dinheiro em capital. Entretanto essa compra

deve seguir seu uso, ou seja, o consumo da força de trabalho no processo produtivo, pois de outro modo não se pode obter mais-valia. Marx escreve: “Como se vê, el capital no puede brotar de la circulación, ni puede brotar tampoco fuera de la circulación. Tiene necesariamente que brotar en ella y fuera de ella, al mismo tiempo.” (MARX, 1973: 128)

O ponto de partida para a investigação do novo tipo de relação de produção é a nova forma do dinheiro na qual se manifestam essas relações. O dinheiro na forma de capital tem um movimento completamente diferente daquela da circulação simples de mercadorias, onde temos que as funções que o dinheiro desempenha são: medida de valor, meio de pagamento, entesouramento, dinheiro universal e mero intermediário de um processo de troca entre duas mercadorias, $M-D-M^1$, onde temos como conclusão $M-M^2$, valor-de-uso trocado por valor-de-uso, isto é, circulação simples de mercadorias. Agora, de modo completamente diferente, temos a circulação do capital, ainda que este apresente os mesmos atos de compra e venda que aparece na circulação simples de mercadorias, entretanto, a diferença está contida nas relações sociais. Não é a troca de valores-de-uso o fim que se quer chegar com a circulação de capital, e sim um aumento do valor através dessa mesma circulação. O dinheiro na forma de capital não somente serve para a realização da troca de mercadorias, mas que subordina seus fins para o aumento do valor, que se reflete na fórmula:

$$D - M < \frac{FT}{Mp} \dots P \dots M' (M + m) - D' (D + d)^3$$

¹ $M-D-M$ é a fórmula que Marx representa mercadoria trocada por mercadoria, assim dessa forma temos, mercadoria M que é vendida e convertida em dinheiro D que por sua vez é transformado em uma segunda mercadoria M , aparecendo dessa forma D como mero intermediário entre duas mercadorias M .

² $M-M$ é a simplificação da fórmula $M-D-M$, ou seja, mercadoria trocada por mercadoria.

³ Esta é a fórmula usada por K. Marx para demonstrar o movimento do capital, temos dessa forma dinheiro D que se converte em M meios de produção e força de trabalho, que juntos no processo produtivo produzem uma mercadoria nova M' (que é $M + m$, representando um acréscimo de valor) que por sua vez é vendida -, ou seja, transformada novamente em dinheiro, - por um valor superior ao dos elementos incorridos durante sua produção D' , que é dinheiro acrescido de valor $D + d$.

Explicando a fórmula temos, dinheiro que compra as mercadorias M_p e FT^4 , que por sua vez são transformadas durante o processo de produção, resultando numa mercadoria nova e tem como destino se converter novamente à forma dinheiro, porém agora como dinheiro acrescido - a fórmula geral do capital: $D-M-D'$.

O que deve ser compreendido é como que nas relações capitalistas o valor se valoriza e engendra mais-valia. Nesse sentido devemos compreender o homem, mais precisamente a força de trabalho e o trabalho, a diferença entre esses dois elementos é a chave para compreender a mais-valia e conseqüentemente o processo de reprodução do capital. O trabalho pode ser compreendido num duplo sentido, como processo vivo, como uso produtivo da força de trabalho e no sentido da materialização do trabalho. Como uso de força de trabalho não tem valor, ou seja, como um valor de consumo de qualquer objeto útil não tem valor, pois como valor-de-uso não é valor. Agora, o trabalho, como trabalho materializado é um valor, valor da mercadoria criada por ele. Entretanto, o que se vende é a força de trabalho, temos que o trabalhador não pode vender seu trabalho materializado, sua mercadoria, na verdade ele vende sua capacidade de trabalho. Como nos diz Marx: “Entendemos por *capacidad o fuerza de trabajo* el conjunto de las condiciones físicas y espirituales que se dan en la corporeidad, en la personalidad viviente de un hombre y que éste pone en acción al producir valores de uso de cualquier clase.” (MARX, 1973: 129)

E é justamente essa força de trabalho a força mágica capaz de criar mais-valia, pois o comprador dela, no caso o capitalista vai ao mercado de trabalho e compra força de trabalho, entretanto, recebe trabalho, paga pela força de trabalho e recebe algo além. É aí que reside o enigma da produção capitalista, é aí que se revela o processo da mais-valia, do trabalho excedente, não-pago.

⁴ M_p é abreviação de meios de produção e compreende máquinas, edifícios, instrumentos de trabalho e etc; e FT abreviação de força de trabalho, que é a capacidade de trabalho que o capitalista compra do trabalhador. O

É somente o trabalho vivo que é capaz de criar e conservar o valor existentes nos meios de produção – que consistem em trabalho morto, que são as máquinas, matérias-primas, instrumentos de trabalho, edifícios etc – e transferi-lo gradualmente para o produto, uma vez que sem o trabalhador as máquinas não são capazes de funcionar e conseqüentemente a produção não se realiza. Então temos que se as máquinas, matérias-primas etc não transferem ao produto final um valor acima de seus próprios valores, só resta o trabalho vivo como sendo a pedra angular da questão, é então o trabalhador que é a peça capaz de transferir ao produto final valor maior do que aquele incorrido nos elementos participantes do processo produtivo. Se o trabalho cria valor, então temos que a fonte da mais-valia se encontra nele. Entretanto, a pergunta que surge é, como que de fato ocorre a extração de mais valor do trabalhador?

Ilustraremos com um exemplo: sabemos que sem as condições objetivas, ou seja, os meios de produção, o trabalhador nada pode fazer, pois nada pode fabricar. Digamos que um agricultor que perdeu seus meios de produção e foi expropriado de sua terra, vê como última alternativa para sua sobrevivência e de sua família vender sua força de trabalho para o dono de outras terras. Assim ele o faz, mas antes pensa consigo em quanto deveria ganhar. Se nas suas terras ele trabalhava 4 horas por dia e era capaz de produzir 5 kg de tomates, e sendo que seu patrão quer que ele trabalhe 8 horas por dia, logo nosso agricultor chega a seguinte conclusão, então em 8 horas eu produzirei 10 kg de tomate e como vendo cada kg a R\$ 10,00, logo receberei R\$ 100,00 do patrão; entretanto do outro lado também pensa o patrão e de uma outra forma: vou comprar a força de trabalho por aquilo que ela vale, pelo que custa produzi-la e reproduzi-la. Se com R\$ 50,00 meu trabalhador conseguir comer, se vestir e morar como o resto dos meus funcionários, então este será seu salário. O trabalhador não

capital adiantado se divide em Mp e FT que são formas diferentes em que se apresenta o valor do capital, quando sai da forma dinheiro e se transforma nos fatores do processo de trabalho.

gosta da oferta e logo argumenta, pois se em 8 horas são produzidos 10 kg de tomate que se vendidos rendem R\$ 100,00 por que receberia ele apenas R\$ 50,00? O patrão poderia responder que a terra é dele, os instrumentos de trabalho são dele e que afinal ele está comprando não o produto da força de trabalho e sim a força de trabalho e sendo que igual a outra mercadoria qualquer, o valor da força de trabalho é determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário para produzi-la e reproduzi-la. Uma coisa é a força de trabalho, outra é o resultado da força de trabalho, seu produto.

De acordo com Sandroni:

“O trabalho cria valor. Se o trabalhador trabalhar além de um certo tempo, criará um valor superior ao valor de sua força de trabalho. Em síntese, o trabalhador vende sua força de trabalho pelo seu valor, mas - e aqui está o pulo do gato - o valor que a mesma produz é maior que o valor que a mesma contém: a diferença é um valor a mais apropriado pelo capitalista gratuitamente, chamado por Marx de *mais-valia*.” (SANDRONI, 1985: 57)

A mais-valia é dividida por Marx em mais-valia absoluta e mais-valia relativa. A primeira pode ser obtida pelo aumento da jornada de trabalho, por exemplo, de 4 horas para 8 horas. A mais-valia relativa se dá através da redução do tempo de trabalho necessário para reproduzir a força de trabalho, ou seja, através do aumento da produtividade no setor produtor das mercadorias necessárias à produção da força de trabalho.

A análise merece uma maior atenção. Como se profere na teoria marxista do capital e da mais-valia, a jornada de trabalho é dividida em duas partes distintas, uma está voltada para as necessidades do trabalhador – o tempo de trabalho necessário – e a outra se refere às necessidades do próprio capital – tempo adicional – assim somente uma é impossível sem a outra, já que o trabalhador pode produzir o valor dos meios de existência para ele e produzir mais-valia para o capitalista, entretanto não é possível fazer o inverso se ele não produz seus meios de subsistência, pois nesse caso ele pereceria.

As duas partes da jornada de trabalho se regulam por meios distintos, enquanto uma – o trabalho necessário – é determinada pelo valor da força de trabalho, que por sua vez é determinada pelo valor dos meios de sua subsistência e conseqüentemente, pela produtividade do trabalho dos setores produtores destas mercadorias, pois quanto maior a produtividade, mais o trabalhador vai produzir em menos tempo, acarretando um barateamento das mercadorias e por sua vez menor será o tempo de trabalho necessário. Entretanto a pergunta que cabe nesse momento é: como se produz o tempo de trabalho adicional, como é regulado, como se define sua magnitude?

A jornada de trabalho não pode ser somente trabalho necessário, pois senão o capitalismo definharia e também seu outro limite é o fisiológico, não é possível ultrapassar um determinado limite físico, assim, não pode ser somente trabalho adicional pois senão não haveria trabalhadores vivos. A apropriação pelo capitalista do trabalho excedente se esconde através do trabalho necessário e trabalho adicional, sendo que a jornada de trabalho aparece como um número determinado de horas em que o capitalista paga ao trabalhador – na aparência – sua totalidade. Marx faz uma analogia com o feudalismo, pois assim como o tempo de trabalho do servo, o tempo de trabalho do assalariado se divide em tempo de trabalho necessário e tempo de trabalho adicional, com uma diferença, no caso do servo uma parte do tempo é dedicada a trabalhar nas terras do senhor e outra parte nas suas. É uma relação explícita. No caso do trabalhador assalariado, a essência do fenômeno está distorcida pela sua aparência.

Em resumo,

“A producción de plusvalía absoluta se consigue prolongando la jornada de trabajo más allá del punto en que el obrero se limita a producir un equivalente del valor de su fuerza de trabajo y haciendo que este plusstrabajo se lo apropie el capital [...] La producción de plusvalía absoluta es la base general sobre que descansa el sistema capitalista y el punto de arranque para la producción de plusvalía relativa” (MARX, 1973: 457)

Assim, a prolongação da jornada de trabalho se realiza através da luta de classes, de um lado os capitalistas querendo aumentar e do outro os assalariados querendo diminuir, e efetivamente se realiza através da legislação e pela pressão direta do empresário.

Cabe agora analisar a mais-valia relativa. Tanto mais-valia absoluta e mais-valia relativa são maneiras do capitalista apropriar gratuitamente trabalho excedente do trabalhador, não existe diferença entre elas, o que de fato há são as maneiras distintas dos métodos através dos quais se obtém trabalho excedente. Na mais-valia relativa o capitalista aumenta o tempo excedente as custas do tempo necessário, pois o prolongamento da jornada de trabalho – como ocorre com a mais-valia absoluta – acarreta inúmeros contratempos ao capitalista, pois está baseado na mesma forma de apropriação do trabalho excedente que ocorria nas sociedades feudal e escravagista, com a diferença que no capitalismo se obtém uma quantidade maior de trabalho excedente. Outra questão é o acirramento da luta de classes, onde os trabalhadores assalariados vivendo cada vez mais na miséria e trabalhando cada vez mais e sob condições precárias, questionam esse modo abusivo de exploração. É pois na produção de mais-valia relativa que o capitalista se encontra em seu próprio ambiente.

Já é sabido que a jornada de trabalho é dividida em dois tempos, a mais-valia relativa está baseada na diminuição do valor da força de trabalho que é resultado do aumento da produtividade do trabalho nos ramos de produção criadoras de meios de subsistência para o trabalhador, assim aumenta o tempo excedente mantendo constante a jornada de trabalho.

A mais-valia relativa pode ser vista como um motor que conduz o desenvolvimento do capitalismo e onde desaparecem as ações individuais dos capitalistas isolados. A mais-valia relativa encontra sua expressão no aumento geral da cota de mais-valia, e neste sentido é a expressão da relação existente entre a classe trabalhadora e a classe capitalista em seu

conjunto. Dessa forma, pode ser dito que é o resultado geral que almeja a classe capitalista como consequência das ações individuais dos capitalistas isolados.

Enfim, a mais-valia é o fim, o objetivo do produtor capitalista sendo que as mercadorias vendidas devem fornecer ao mesmo não somente o capital antecipado porém um excedente sobre ele, a mais-valia, pois a função real do capital é a produção de valor excedente.

CAPÍTULO IV - O MODO DE PRODUÇÃO ESCRAVAGISTA

4. O MODO DE PRODUÇÃO ESCRAVAGISTA

Para contrastar com o modo capitalista de produção faremos uma análise do modo de produção escravagista, assim como explicaremos como que as pessoas naquela época produziam e reproduziam suas condições humanas.

“Através da captura e do tráfico, o cativo era introduzido em um processo de estraneidade, que o preparava para o seu estado de estranho absoluto à qual seria entregue.” (MEILLASSOUX, 1995: 54).

A escravidão mobilizava assim um conjunto econômico e social geograficamente extenso, no qual podem-se distinguir vários elementos estruturados. A escravidão impunha uma relação direta entre uma sociedade escravagista militar e as populações saqueadas, e nestas a primeira abastecia continuamente de cativos. O crescimento econômico e social da sociedade guerreira ou militar (aristocrática) se baseava nessa relação e sua perpetuação. Nesse ponto, o custo da escravidão se confundia com o custo da captura: a escravidão tinha, na sociedade militar que a empregava, apenas um valor-de-uso. Sua reprodução se fundava sobre uma estrutura de guerra ou de banditismo.

Faz-se necessário frisar que uma certa quantidade de cativos era vendida a traficantes que por sua vez os levavam à sociedades escravagistas comerciais. Era no rapto e na venda que o escravo recebia um valor-de-troca, sendo que sua reprodução se efetivava nesse ponto, pela dupla operação de rapto e venda em determinado mercado.

Meillassoux defende a tese de que a escravidão como sistema social de produção exigia certas características que implicava em:

“ - sociedades em que eram capturados os escravos e que representavam o meio em que eles eram produzidos demográfica e economicamente;

- sociedades escravagistas aristocráticas que dispunham de uma estrutura militar para arrancar esses seres humanos ao seu meio produtor e reprodutor;
 - sociedades mercantis que controlavam uma estrutura comercial de escoamento dos cativos e
 - sociedades escravagistas mercantis, consumidoras de escravos.”
- (MEILLASSOUX, 1995: 57-58)

A escravidão vista como um sistema social, assim como o capitalismo, exigia uma continuidade das relações escravagistas, - o que de fato existia - relação senhor-para-escravo, e que essas relações se produzissem e reproduzissem orgânica e institucionalmente, sendo que as características que identificam o modo de produção como escravagista não fossem alteradas, ou seja, que as organizações sociopolíticas escravagistas fossem preservadas e que houvesse sempre e continuamente uma relação de exploração e dominação.

As estruturas que se estabeleciam e que ligavam as sociedades escravagistas – dominadores – e sociedades produtora de escravos – dominada – requeria que o dominante não reconhecesse politicamente o dominado, e era justamente por isso que a identificação como povos “bárbaros”, “inferiores”, “povos sem almas”, eram usadas para justificar a prática da selvageria. Essa representação da falta de reconhecimento social e político dos caçadores de escravos para as sociedades escravizadas era necessário para preservar a relação escravagista, justamente pelo fato de ser essa relação de alteridade, mantida pela prática e ideologicamente que determinava todas as outras relações. “Ela era a base da relação de produção escravagista e da exploração específica do trabalho que lhe estava associada [...] Percebida como negativa, essa relação era, na realidade, o meio seguro de manter a distância social, que é a condição da escravidão.” (MEILLASSOUX, 1995: 59).

Enfim, temos que a sociedade escravagista baseada no uso da força física como meio de dominação, onde o escravo era propriedade de seu senhor e este explorava ao máximo seu trabalho através da totalidade de seu sobreproduto, ou seja, o consumo privado do escravo

que lhe restituía as energias físicas por toda a vida, descontando esse consumo tudo o mais é sobreproduto, pois o escravo geralmente produzia sua própria existência, ou uma determinada quantidade de escravos que trabalhavam na chamada escravidão de subsistência – geralmente através da agricultura de víveres –, tinha o dever de produzir o suficiente para alimentar toda a população de escravos de determinado senhor. Outro fator que aumentava os ganhos do escravagista, era o fato do escravo não poder ter filhos, assim os senhores economizavam o sobreproduto do escravo para uma eventual alimentação da prole, “devia priva-los de toda progenitura suscetível de absorver sua mínima parte [*de seu sobreproduto*]. Daí as restrições feitas à reprodução física dos escravos, as proibições de casamento, o confisco dos filhos da mulher escrava pelo senhor, e, mais geralmente, a negação de paternidade e maternidade que os atingia.” (MEILLASSOUX, 1995: 65).

Assim como o feudalismo, o modo de produção escravagista apresenta uma simplicidade e transparência que o capitalismo oculta por detrás das relações sociais, de acordo com Marx essas sociedades pré-burguesas,

“ou se assentam na imaturidade do homem individual que não se libertou ainda do cordão umbilical que o prende a seus semelhantes na comunidade primitiva, ou se fundamentam nas relações diretas de domínio e escravidão. Tem, por condição, baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas do trabalho, correspondendo-lhes relações inibidas, nas esferas da vida material, sejam entre os homens ou entre estes e a natureza.” (MARX, 1998: 101)

CAPÍTULO V - O MODO DE PRODUÇÃO FEUDAL

5. O MODO DE PRODUÇÃO FEUDAL

Para fazer mais uma comparação ao modo capitalista de produzir, apresentaremos a seguir, de forma sucinta, algumas características do modo de produção feudal, como que o homem daquela época reproduzia sua condição enquanto tal.

Assim como o capitalismo, o feudalismo é uma formação social e econômica particular que se baseia no modo de produção feudal. Suas principais características são: economia fechada e predominantemente agrícola, sem mercados externos, sendo que a produção destinava-se ao consumo visando a auto-suficiência bastando para a subsistência. O elemento essencial e que de fato define o feudalismo é a obrigação costumeira devida pelo servo ao senhor sob a forma de produtos, serviços ou moedas. A propriedade privada era bem definida, entretanto a terra, o bem econômico fundamental, podia ser possuída pelo senhor e pelo servo ao mesmo tempo, a chamada co-propriedade, ou por todos os membros da comunidade feudal, a coletiva.

O regime de trabalho era o servil, pois o servo devia ao senhor a corvéia – trabalho na terra do senhor feudal, ou ainda na caça, na pesca, trabalhos artesanais; outra forma de domínio do servo pelo senhor era a talha, que pesava individualmente sobre cada servo, obrigando-o a pagar uma parte da produção obtida na sua própria terra que se situavam em locais diferentes da propriedade do senhor; havia ainda as banalidades, que eram obrigações em produtos – presentes e dízimos pelo uso do forno ou moinho -, ou em serviços de limpeza dos fossos, caminhos, conservação das instalações e também participação em guerras como auxiliares; outra imposição era a mão-morta, um imposto pago pelo servo que tomava posse de uma tenência em substituição ao seu pai falecido; o vintém, pago para sustentar a igreja

paroquial que acabava no bolso do senhor feudal. Essas obrigações variavam de acordo com os costumes de região para região na Europa.

As técnicas produtivas feudais eram rudimentares, em geral somente as terras mais férteis eram ocupadas, adotava-se o sistema de três campos – forragem, cereais e pousio – fazendo-se rotação bienal ou ainda trienal para evitar o total desgaste do solo.

A sociedade era estamental, baseada na posição social, e dois eram o status básico: senhor e servo. O senhor é caracterizado pela posse dos servos, posse juridicamente legal, pela posse legal da terra e pelo poder político que assumia a forma de poder militar, jurídico e religioso no caso dos senhores eclesiásticos. O servo se define por oposição ao senhor, é possuído por este – na medida em que lhe deve obrigações –, porém tem a posse útil da terra e o direito à proteção senhorial.

Assim temos que a produção feudal, voltada ao consumo, à subsistência, está centrada nas relações entre servo e senhor, que, entretanto, não são iguais perante a lei, se encontram em castas diferentes e o servo aliena sua vida ao senhor conforme podemos ver nessa tradução de um contrato da época:

“Ao ilustre senhor *tal*, eu *tal*, sendo coisa de todos conhecida que eu não tenho absolutamente nada com que me alimentar e vestir-me, solicitei de vossa piedade e vossa vontade me concedeu poder entregar-me a vosso *mundoburdo*, coisa que assim fiz; deveis pois ajudar-me e sustentar-me no que respeita à minha alimentação e agasalho na medida em que eu possa servir-vos e merecer esta ajuda de vós. E quanto a mim, todo o tempo que viva deverei servir-vos e respeitar-vos dentro de minha condição de homem livre enquanto viva não terei direito de livrar-me de vossa jurisdição ou *mundoburdo*, mas, ao contrário, deverei permanecer sob vossa autoridade e proteção todos os dias de minha vida. Se qualquer um de nós quiser desligar-se desse pacto, pagará ao outro *tantos* soldos, no mais, permanecerá em vigor o dito pacto. Pelo que ambas partes concordaram, redijam e firmem dois documentos escritos de forma igual. Coisa que fizeram deste modo.” (PINSKY, 1979: 147).

Nota-se que não há escravidão, propriedade de pessoas, mas há servidão com vínculos não menos cruéis do que na escravidão, apesar dos trabalhadores terem direito de

usufruir a terra, a mesma não lhes pertence e os mesmos ainda devem pagar taxas para usufruí-la.

Esclarecemos o modo de produção feudal e vimos que a reprodução da condição de servo e de senhor está baseada no vínculo feudal, nos direitos e deveres de ambas as classes, entretanto uma delas não goza de plena liberdade pessoal e é clara a condição de exploração que se faz nesse modo de produção, não há nada nas entrelinhas, as relações entre os homens são explícitas ainda que degradantes.

Marx explica que “No regime feudal, sejam quais forem os papéis que os homens desempenham ao se confrontarem, as relações sociais entre as pessoas na realização de seus trabalhos revelam-se como suas próprias relações pessoais, não se dissimulando em relações entre coisas, entre produtos do trabalho.” (MARX, 1998: 99). Como acontece com o modo de produção capitalista.

Após ter sido realizada uma análise sobre o modo de produção escravagista e feudal, cabe nesse momento estudar o modo de produção capitalista, as relações sociais que esse modo impõe aos homens e suas particularidades. É o que se propõe as seções que seguem.

CAPÍTULO VI - PRODUÇÃO CAPITALISTA

6. PRODUÇÃO CAPITALISTA

A sociedade capitalista é caracterizada pela oposição de classes, de um lado capitalistas e de outro os assalariados. Seu ponto de partida é a separação do produto do trabalho e o próprio trabalho, ou seja, separação das condições objetivas das subjetivas do trabalho. Porém, de que forma alguns foram separados dos meios de produção e outros se apoderaram desses mesmos meios? Marx escreve:

“Sin embargo, la acumulación de capital presupone la plusvalía, la plusvalía la producción capitalista y ésta la existencia en manos de los productores de mercancías de grandes masas de capital y fuerza de trabajo. Todo este proceso parece moverse dentro de un círculo vicioso, del que sólo podemos salir dando por supuesta una acumulación *originaria* anterior a la *acumulación capitalista* (...), una acumulación que no es *resultado*, sino *punto de partida* del régimen capitalista de producción.” (MARX, 1973: 654).

A chamada acumulação primitiva não é mais do que um processo histórico de dissociação entre o produtor e os meios de produção. Agora devemos esclarecer como que se formou esse ser que não detendo mais os meios de produção para se reproduzir, teve que vender sua força de trabalho, ou seja, como se formou o trabalhador assalariado. Para isso foi necessário: 1) liberar os servos de sua dependência feudal e fazê-los juridicamente livres; 2) separá-los dos instrumentos de trabalhos, dos meios de produção e do produto do seu trabalho; 3) condicionar esses novos homens a trabalharem para a reprodução do capital.

O processo de proletarização se baseou em expropriar da terra o produtor rural, na dissolução dos senhorios feudais e no saque das propriedades monásticas, Marx conclui: “El capital viene al mundo chorreando sangre y lodo por todos los poros desde los pies a la cabeza.” (MARX, 1973: 697). Temos então que a chamada acumulação primitiva nada tem a ver com a acumulação de capital, são qualitativamente diferentes, enquanto a última é um

processo contínuo de exploração dos trabalhadores, a primeira é a expropriação dos meios de produção das mãos dos produtores com o intuito de convertê-los em trabalhadores assalariados. Na acumulação capitalista a apropriação do trabalho não retribuído se oculta atrás das relações de classes e de acordo com as leis de troca mercantis, enquanto que a acumulação primitiva não se esconde e se efetua fora das leis da circulação mercantil.

Dada então uma acumulação primitiva por parte do capitalista, nesse momento torna-se necessário esclarecer como que se relacionam os homens enquanto classe, de um lado os capitalistas que detém uma riqueza material acumulada e do outro lado os trabalhadores desprovidos dos meios de produção, detentores da força de trabalho. Entretanto, devemos explicitar que a produção capitalista tem alguns pressupostos que não podem ser violados o que descaracterizaria seu modo de produzir. Em primeiro lugar temos que a sociedade capitalista só se estabelece plenamente quando as classes estão bem divididas, de um lado os capitalistas donos dos meios de produção, e do outro os assalariados donos da força de trabalho. Outro pressuposto é que os indivíduos são livres, autônomos e independentes, diferentemente das sociedades escravagista e feudal, onde os mesmos na primeira estavam sob o jugo do domínio e da força e na segunda o regime de servidão forçava o servo a trabalhar determinados dias na terra de seu senhor. Além de serem livres, independentes e autônomos, os indivíduos na sociedade capitalista se reproduzem e se relacionam através do produto de seu trabalho. Estabelecidos esses pressupostos que são na verdade a aparência das relações sociais, que na verdade encobrem exatamente aquilo que queremos demonstrar, sabemos que a lógica da produção capitalista baseia-se na acumulação de capital, objetivo único e incessante do capitalista, acumular para acumular, produzir para produzir mais. Assim, em busca do lucro, capitalistas detentores dos meios de produção contratam força de trabalho suficiente para por em funcionamento seus meios de produção e produzir mercadorias em valor superior do que o necessário para pagar essa mesma quantidade de

força de trabalho contratada. Dessa forma o trabalhador produz mercadorias com valor acima do valor da sua força de trabalho e recebe apenas uma quota parte daquilo que produziu, o restante é apropriado gratuitamente pelo capitalista, a mais-valia. Volta o trabalhador ao mercado de mercadorias capitalistas e de posse de seu salário compra os elementos necessários à sua subsistência devolvendo ao capitalista aquilo que dele recebeu na forma de dinheiro. Dessa forma, produz o trabalhador sua condição de assalariado e produz também a condição do capitalista como detentor dos meios de produção. O que de início é apenas ponto de partida, torna-se com a reprodução, ou seja, com a repetição do processo, resultado da produção capitalista.

CAPÍTULO VII - AS RELAÇÕES SOCIAIS

7. AS RELAÇÕES SOCIAIS

Faz-se necessário desmistificar as relações que se estabelecem na sociedade capitalista com o intuito de entender como os homens se relacionam na sua essência.

Como dito anteriormente é necessário encontrar riqueza material acumulada (a princípio, pois vimos que essa acumulação primitiva é totalmente substituída pela acumulação de capital e dela difere qualitativamente) na forma de dinheiro, e essa riqueza material deve estar concentrada em apenas um lado da balança, deve estar nas mãos dos capitalistas detentores dos meios de produção, por sua vez, do outro lado da balança está os desprovidos desses meios, os trabalhadores que possuem apenas sua força de trabalho e são obrigados a vendê-la para se reproduzirem. Esses trabalhadores que nada mais possuem vão por ‘livre e espontânea vontade’ (essa é a aparência, o que de fato se sucede é que os trabalhadores são levados por uma força maior que os condicionam, vão por instinto, uma vez que estão desprovidos dos meios de produção e não tem como sobreviver a não ser vendendo sua força de trabalho) ao mercado de trabalho vender sua força de trabalho em troca de salário, que lhes dará o direito de compra dos elementos necessários à sua subsistência. O capitalista com o intuito de acumular capital, vai até o mercado de trabalho contratar força de trabalho necessária para por em funcionamento seus meios de produção que adquiriu no mercado de mercadorias capitalistas. Por sua vez, os trabalhadores vão também ao mercado de trabalho para venderem sua força de trabalho para se reproduzirem como tal. O encontro personificado nesses dois personagens acontece num âmbito de classes.

O capitalista detentor dos meios de produção e agora contratante da força de trabalho, não perde tempo e une esses dois elementos para produzir, o trabalhador produz não para si, mas para o capitalista e dessa forma ele produz além do necessário para pagar sua força de

trabalho, ele produz um excedente, a mais-valia. Durante a produção o trabalhador transfere aos meios de produção trabalho, produzindo uma mercadoria totalmente estranha a si, que não lhe pertence e com valor que supera o valor de sua força de trabalho. Produz o trabalhador trabalho excedente, não-pago pelo capitalista, porém apropriado por este. Essa mais-valia que não tem equivalente vai para o capitalista que não pagou nada por ela, e seu destino pode ser o consumo como renda individual ou, ao invés disso, pode o capitalista reaplicá-la na produção. Quando este ciclo se iniciar novamente, com o capitalista indo novamente no mercado de trabalho e no mercado de mercadorias capitalistas, lá ele chega com mais capital do que quando iniciou o primeiro ciclo, ele transforma a mais-valia em capital para produzir mais numa escala sempre maior.

A produção capitalista é a produção e reprodução das relações especificamente capitalistas, ou seja, produção de um lado dos detentores dos meios de produção e de outro dos desprovidos desses meios, em outras palavras, capitalistas de um lado e assalariados de outro.

Embora a relação trabalhador-capitalista se estabeleça na circulação e no mercado de mercadorias, somente encontra seu ápice na produção. A ilusão que se estabelece na relação entre homens iguais e que só se diferenciam pelo produto que se dispõe a trocar desaparece quando o trabalhador entra na fábrica, pois como é demonstrado por Marx, restringir o estudo da relação trabalhador-capitalista à esfera da circulação leva a falsas interpretações das relações capitalistas em geral. É exatamente isso que se propõe o capítulo seguinte, entrar juntamente com o capital e o trabalhador na fábrica e tirar a névoa que paira e limita a compreensão na sua essência das relações sociais.

CAPÍTULO VIII - ENTRANDO NA PRODUÇÃO CAPITALISTA

8. ENTRANDO NA PRODUÇÃO CAPITALISTA

Vimos anteriormente de maneira geral como os homens se reproduzem enquanto classes sociais, entraremos agora na fábrica, estudaremos o movimento particular e independente do capital e as formas que o mesmo adquire durante a circulação e a produção das mercadorias capitalistas.

De acordo com Marx, o capital passa por um processo cíclico e que ocorre em três estágios:

O 1º. ato, o da circulação D-M, ou seja, a conversão de dinheiro em mercadoria, que acontece quando o capitalista possui riqueza na forma de dinheiro e aparece tanto no mercado de mercadorias como no de trabalho, como comprador com o objetivo de converter sua soma de dinheiro em mercadorias que aplicará na produção.

O 2º. ato seria o processo de produção, a junção das mercadorias adquiridas no primeiro ato que quando juntas resultam numa mercadoria final com valor superior ao dos elementos que participaram em sua produção.

Por fim, o 3º. ato o capitalista completa o ciclo voltando ao mercado como vendedor e efetivando o processo M'-D', ou seja, venda de mercadoria e retorno a forma de dinheiro acrescido para novamente reiniciar o ciclo numa escala maior.

Portanto, a fórmula do ciclo capital-dinheiro é D-M-D', (dinheiro - mercadoria - dinheiro acrescido) numa forma mais explícita D-M... P...M'-D' (dinheiro - mercadoria - processo de produção - mercadoria com valor que supera os elementos contidos na produção - dinheiro acrescido). O objeto de investigação consiste na examinação das diferentes formas em que o capital aparece nos três estágios.

Primeiro Estágio: D-M

Como dito anteriormente, D-M é a conversão de uma soma de dinheiro em determinada quantidade de mercadorias. Estas por sua vez se dividem em força de trabalho (FT) e meios de produção (Mp). A soma das mercadorias a se comprar é $M=FT+Mp$. Há assim dois tipos de compras em dois mercados distintos, compras de meios de produção no mercado de mercadorias capitalistas e compra de força de trabalho no mercado de trabalho.

Notamos aí dois tipos de relação, a primeira seria a qualitativa, pois se trata de mercados distintos com características distintas, a outra seria a quantitativa, pois a quantidade de meios de produção a ser utilizados na produção depende da força de trabalho a ser empregada no processo produtivo.

Essa relação de acordo com Marx é definida pela soma de trabalho excedente a ser gasta por um número fixo de trabalhadores.

Encontra-se o capitalista como Dante no paraíso, tem ele nesse momento a possibilidade de empregar trabalho através da força de trabalho em quantidade maior que a necessária para repor o valor dessa mesma força de trabalho e ainda tem os meios de produção necessários para materializar essa quantidade de trabalho excedente. Tendo como resultado no fim da produção, mercadoria com valor superior ao dos elementos incorridos durante sua produção, ou seja, mercadoria que contém mais-valia.

O capital que o capitalista adianta no mercado de mercadorias capitalistas e no mercado de trabalho, sob a forma de dinheiro, transforma-se no fim em sua forma natural, forma de mercadoria que propicia ao capitalista uma mais-valia.

Marx atribui ao capital capaz de produzir valor e mais-valia, o nome de capital produtivo (P), porém como $P=Mp+FT$, ou seja, o processo de produção (P) engloba os meios de produção (Mp) mais a força de trabalho (FT), o que por sua vez é igual a D, pois é com D que o capitalista adquire Mp e FT, temos então que $P=D$, embora com naturezas distintas,

uma com forma de valor capital que traz implícito a compra de Mp e FT e por isso é tido como capital, que também aparece sob a forma dinheiro, e a outra sob a forma de capital-produtivo, que transforma os dois elementos (Mp e FT) num elemento totalmente novo e que dos dois primeiros difere.

Assim, temos que o processo de circulação D-M é a transformação de capital-dinheiro em capital-produtivo. Nessa fase é o dinheiro o primeiro representante do valor capital. Aparece o capital nessa forma, podendo realizar as funções de dinheiro de que precisa o capitalista: meios de compra de Mp e FT. Entretanto sabemos que o valor capital sob a forma de dinheiro se torna restrito, limitado, pois não pode exercer todas as funções de que é capaz, só atuando como meio geral de compra e meio de pagamento. O que faz dessa forma *capital* é a ligação futura que se realizará no estágio seguinte.

De fato, temos que D-FT (conversão de dinheiro em força de trabalho) é o fator que caracteriza a transformação do capital-dinheiro em capital produtivo, pois D-Mp (conversão de dinheiro em meios de produção) só é necessário para corporificar a massa de trabalho comprada por D-FT. A análise que se segue é como que o capital dinheiro surge como forma em que o capital aparece.

A nuance da análise de Marx, que para a economia política pode parecer retórica, consiste em que “o característico não é que a mercadoria força de trabalho seja comprável, e sim que a força de trabalho apareça como mercadoria”. (MARX, 2000: 44)

O implícito na relação aparentemente só monetária, com possuidor de dinheiro de um lado e possuidor de força de trabalho de outro, está no fato do comprador de FT ser possuidor dos Mp. Nas palavras de Marx “esses meios de produção confrontam o possuidor de força de trabalho como propriedade de outrem” (MARX, 2000: 44).

Temos aí o caráter classista da relação compra e venda de FT, sendo que o pressuposto dessa relação monetária é o comprador aparecer como capitalista e o vendedor

aparecer como assalariado; o que por sua vez torna essa relação regra geral, quando FT é desprovida dos Mp, aparecendo como propriedade alheia.

• O que nos cabe discutir nesse momento é como e por que o dinheiro aparece sob função do capital.

Não é simplesmente pelo fato do dinheiro aparecer como meio de pagamento da FT. O dinheiro só pode exercer sua função capital-dinheiro pelo fato da FT estar dissociada dos Mp. A relação de capital já existe no ato de circulação, ou seja, no mercado de trabalho em que de um lado aparece o capitalista como comprador de FT e do outro o assalariado como vendedor de FT, em outras palavras, a relação de capital já existe na relação de classes, não sendo o dinheiro que estabelece essa relação, pelo contrário, é o fato de já existir essa relação que pode ocorrer uma transformação numa relação de simples função monetária numa relação de função capital.

Sendo dessa maneira, o ato D-M ter implícito a relação de classes e pressupõe o capital sob a forma de capital-produtivo e conseqüentemente a forma do segundo ciclo: capital-produtivo.

2º. Estágio: Função do Capital-Produtivo

$$D - M \begin{matrix} \nearrow FT \\ \searrow MP \end{matrix} \dots P$$

Para completar-se o ciclo, o ato M-D, ou seja, a venda da mercadoria deve ocorrer. Entretanto o resultado de D-M é a transformação do capital dinheiro em capital produtivo. Nas palavras de Marx: “O resultado do primeiro estágio é, portanto a entrada no segundo, o estágio produtivo do capital” (MARX, 2000: 48).

O capital produtivo vai consumir as mercadorias compradas pelo capitalista – força de trabalho e meios de produção – e irá transformá-las numa massa de produtos de maior

valor que a soma dos valores dos dois primeiros. Assim, o produto se torna mercadoria com acréscimo de valor, ou seja, mais-valia. Seu valor é $= P+m^5$. É a força de trabalho o elemento capaz de gerar trabalho excedente e que é apropriado gratuitamente pelo capitalista que não dá nenhum equivalente em troca ao trabalhador.

3º. Estádio: $M'-D'$

A mercadoria torna-se capital-mercadoria quando o valor capital é acrescido de mais-valia. A questão a ser analisada é como que a mercadoria no ato de circulação $M-D$ adquire a função de capital.

Primeiro relembremos o primeiro ato e a razão que o dinheiro aparecia como função de capital, ora, justamente porque a compra de meios de produção e força de trabalho já trazia implicitamente o processo de produção de mercadorias. Agora, a mercadoria só pode funcionar como capital se antes dela chegar na circulação, a mesma já conter o caráter de capital, isso implica que é na produção que ela o adquire.

Em resumo, $M' (M+m)$ – que é justamente mercadoria acrescida de valor - é capital-mercadoria enquanto forma transformada do capital produtivo P . O específico do capitalismo não é a relação $M-D$, transformação de mercadoria em dinheiro, sua relação absoluta, mas sim sua relação relativa $M'-D'$, o valor que tem o capital produtivo é diferente daquele valor da mercadoria final.

Temos que finalizar o ciclo, não bastando M' , mercadoria acrescida de mais valor, o capitalista deve transformá-la em D' , dinheiro acrescido de mais valor, ou seja, é preciso realizar sua venda. E ao efetuar essa operação: $M'-D'$ realiza-se o valor capital adiantado e a mais-valia. Entretanto, valor capital e mais-valia percorrem diferentes estádios de circulação

⁵ P é o capital produtivo e m a mais-valia, assim $P+m$ é o capital produtivo acrescido de mais-valia.

“O que para a mais-valia é conversão da forma mercadoria em forma dinheiro, é para o valor-capital retorno ou reversão à primitiva forma dinheiro”. (MARX, 2000: 56).

Devemos considerar que o retorno à forma dinheiro é função do capital-mercadoria e não do capital-dinheiro. A diferença é que a relação entre valor-capital e mais-valia já se expressa em M' antes de se transformar em D' . Este como já dito antes, é apenas o resultado, a materialização de M' , ambos constituem apenas formas do valor-capital acrescidos de mais-valia, são capital-realizado. As funções que os distinguem são aquelas que diferenciam capital de mercadoria.

4º. O ciclo visto globalmente

A fórmula geral é dada por $D-M-D'$, entretanto, o primeiro ato $D-M$ é interrompido por P , e para fechar o ciclo deve ser executado o segundo ato: $M-D$, mas como vimos é sob o capital-produtivo que a mercadoria é acrescida de valor durante a fase P , dessa forma, o segundo ato é dado por $M'-D'$. Posto de lado essa diferença em relação ao primeiro ato temos que em ambos existe conversão de dinheiro em mercadoria e vice-versa (é comum a volta do dinheiro ao ponto de partida), e que se inicia novamente. Portanto a razão da fórmula ser $D-M-D'$.

O ciclo é composto por dois estádios de circulação e um de produção, em cada um deles, o valor-capital adquire diferentes formas. É primeiro capital-dinheiro, depois capital produtivo e capital-mercadoria e por fim novamente capital-dinheiro realizado. Marx vai chamar de capital-industrial o capital que ora assume, ora abandona essas formas ao longo do ciclo. Todas elas são formas específicas de funcionamento do capital-industrial.

O capital-industrial determina o caráter capitalista da produção e “sua existência implica a oposição entre a classe capitalista e a trabalhadora” (MARX, 2000: 68).

As características gerais do ciclo $D-M...P...M'-D'$ é dada por:

- 1) Aparece como ciclo do capital-dinheiro, sendo ponto de partida e de chegada. O valor sob forma de dinheiro expressa a forma de circulação $D...D'$, que é o objetivo do capitalista (impulsiona a produção capitalista) que é fazer dinheiro;
- 2) O processo de produção constitui mera interrupção de duas fases da circulação e é onde acontece um aumento do valor adiantado, porém este só se realiza no segundo ato da circulação e
- 3) Uma vez completado o ciclo, pode-o recomeçar novamente com $D+d$ (capital adiantado mais capital acrescido). Sendo, portanto, que o ciclo do capital-dinheiro expressa somente o processo de acumulação, valorização do capital. Não expressando o consumo, a não ser o produtivo, através de força de trabalho e meios de produção.

Em resumo, temos que o processo cíclico do capital abrange a esfera da circulação e da produção, erro que comete o mercantilismo, pois só analisa a esfera da circulação, fazendo uma análise simplista da fórmula $D-M-D'$. Nas duas fases de circulação, a circulação do capital aparece como circulação global de mercadorias. Entretanto Marx considera estas fases como sendo definidas dentro do ciclo completo pertencendo tanto à esfera da produção como da circulação. Assim, o capital na primeira fase utiliza (se serve) da circulação global de mercadorias para assumir seu posto num estágio seguinte como capital-produtivo, sendo que na segunda fase seu objetivo é retornar sob a forma dinheiro, única capaz de recomeçar o ciclo.

Portanto, a forma capital-dinheiro é aquela que mais caracteriza o capital industrial. Esse ciclo do capital-dinheiro produz mercadorias e só se realiza através da circulação, e ao mesmo tempo, a pressupõe.

Nas palavras do autor: “O ciclo do capital-dinheiro é a forma geral do ciclo do capital-industrial quando se pressupõe um modo de produção capitalista, isto é, dentro de um sistema social determinado, pela produção capitalista” (MARX, 2000: 71-72).

O pressuposto da produção capitalista é ter de lados opostos a classe trabalhadora e a capitalista, uma detentora da força de trabalho e a outra dos meios de produção, todos indivíduos livres, autônomos e que vivem com o produto do seu trabalho, sendo que estas características dos indivíduos é exatamente a aparência da relação social.

Em resumo, a acumulação de capital, é a inserção da mais-valia no processo produtivo, ou seja, como que a mais-valia ou parte dela se transforma novamente em capital e retorna ao ciclo do capital.

A mais-valia aparece como parte do valor de um produto, essa é sua forma primitiva. Quando é convertido em dinheiro esse produto, a mais-valia assume outra forma, aparecendo como dinheiro e podendo ser destinado ao consumo individual do capitalista ou ser transformada em capital adicional e se inserir novamente no ciclo do capital.

O preceito básico da acumulação é a transformação de parte do produto excedente – a mais-valia – em capital. Entretanto, aquela só pode ser transformada neste quando o produto excedente implicitamente já possui os elementos materiais necessários de um novo capital, ou seja, quando já está implícito a transformação da mais-valia em meios de produção e força de trabalho que será empregada no próximo ciclo, eis o capital potencial.

Em resumo temos que “... a acumulação não passa de reprodução em escala que cresce progressivamente” (MARX, 1998: 679). A lógica obedece a seguinte regra descrita por Marx: “... a única condição para o capitalista apropriar-se do trabalho vivo não-pago em escala crescente é a propriedade sobre trabalho passado não-pago. Quanto mais o capitalista tiver acumulado, mais poderá acumular”. (MARX, 1998: 681). De um lado temos o trabalhador possuidor da força de trabalho, e do outro, o capitalista detentor dos meios de

produção. Faz-se necessário que quem é proprietário não seja trabalhador, e por outro lado, que quem não é proprietário seja justamente, o trabalhador. Temos aí uma transgressão, uma troca de não equivalentes, onde o capitalista entrega ao trabalhador como forma de pagamento uma parte do produto que esse mesmo trabalhador produziu e não possui direito sobre ele. O capitalismo secciona o trabalho da força de trabalho, e somente quando o trabalho assalariado é tido como base da sociedade, ou seja, quando todos os trabalhadores são desprovidos de seus meios de produção (ainda que possa existir às margens da sociedade, aqueles que sobrevivem com o produto de seu trabalho), forçados a lançarem-se ao mercado para vender sua força de trabalho, quando o trabalho assalariado vira regra geral é que a produção de mercadorias toma conta da sociedade e pode se desenvolver plenamente e impulsionar a sociedade capitalista. O capitalismo se desenvolve com base nas relações mercantis e a supera.

Como já dissemos anteriormente, a mais-valia se reparte em capital adicional e consumo individual do capitalista. Essa divisão é feita por este último, está ao alcance de sua vontade e vai determinar a magnitude da acumulação. Entretanto o modo capitalista de produção imprime um ritmo alucinante ao capitalista e o leva a produzir por produzir, sempre mais e mais, em consequência da concorrência, deixa-o sem saída, nas palavras de Marx: “Compele-o a expandir continuamente seu capital, para conservá-lo, e só pode expandi-lo por meio da acumulação progressiva”. (MARX, 1998: 690).

Marx retoma a discussão sobre as circunstâncias que determinam o montante da acumulação. Já vimos que depende do valor global da mais valia que tem como destino o capital adicional. Sabemos que a mais-valia depende do grau de exploração da força de trabalho, assim, temos que a acumulação é determinada pela exploração da força de trabalho.

Existem circunstâncias em que o grau de acumulação varia independente da divisão proporcional da mais-valia. Temos por exemplo a redução dos salários abaixo do valor da

força de trabalho, ou seja, redução do salário para um nível abaixo do necessário para a reprodução do trabalhador. Outro modo de aumentar a acumulação sem interferir na divisão da mais-valia, é através do aumento do grau de exploração dos trabalhadores. Pode-se aumentar a mais-valia sem aumentar o emprego de capital constante, apenas variável, isso se dá através de mais turnos intensivos de trabalho. Para Marx, o que explica o mundo, o modo capitalista de produção nesse caso, não é o dinheiro, nem a mercadoria e nem o trabalho como o era para Ricardo, e sim as relações sociais, pois sabendo como os indivíduos reproduzem suas vidas podemos explicar todo o processo, de trás pra frente e de frente para trás.

Outro importante fator a ser considerado para a acumulação de capital é o grau da produtividade do trabalho. Conforme este aumenta, aumenta também o montante de produto no qual se materializa a mais-valia, mais produto significa mais trabalho corporificado e conseqüentemente mais produto excedente. A produtividade do trabalho vai trazer o barateamento das mercadorias e conseqüentemente o barateamento do trabalhador. “Toda introdução de melhores métodos etc. atua, portanto, quase simultaneamente sobre o capital adicional e sobre o capital que já se encontra em funcionamento”. (MARX, 1998: 704). A mudança da enxada para o trator, custa menos para o capitalista embora o trator seja mais caro que a enxada, entretanto a produtividade do segundo é maior que a da primeira, justificando assim – proporcionalmente – o menor custo do trator para o capitalista. É preciso deixar claro que a produtividade nada tem a ver com o valor, este é determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário para se produzir determinado produto.

CAPÍTULO IX - A CIRCULAÇÃO DO CAPITAL INDUSTRIAL

9. A CIRCULAÇÃO DO CAPITAL INDUSTRIAL

O capital aparece na circulação de mercadorias como capital-dinheiro e capital-mercadoria, e seu objetivo é transformar o primeiro em mercadorias e o segundo em dinheiro a fim de realizar a mais-valia.

O tempo de circulação nada acrescenta à mercadoria, é no tempo de produção que se produz a mais-valia. Temos que a circulação é uma interrupção do processo de produção, assim há também interrupção do processo de acréscimo de valor do capital enquanto durar o tempo de circulação,

“a expansão e a contração do tempo de circulação atuam como limites inversos da contração ou expansão do tempo de produção ou da capacidade em que um capital de grandeza dada funciona como capital produtivo. Quanto mais ideais as metamorfoses da circulação do capital – isto é, quanto mais se torna o tempo de circulação = zero, ou mais se aproxima de zero –, tanto mais funciona o capital, tanto maiores se tornam sua produtividade e produção de mais-valia.” (MARX, 2000: 140)

Marx vai afirmar que o tempo de circulação é o grande limitador do tempo de produção e conseqüentemente de produzir mais-valia já que é somente no processo produtivo que se produz a mesma. “Restringe-o proporcionalmente à própria duração.” (MARX, 2000: p.141).

Durante a circulação, o capital percorre as fases M-D e D-M, transformação de mercadoria em dinheiro e transformação de dinheiro em mercadoria. Marx afirma que a operação M-D, a venda, é a parte que toma mais tempo durante a circulação, pois como dinheiro, pode converter-se em mercadoria a qualquer momento, entretanto, como mercadoria precisa primeiro converter-se em dinheiro e somente depois em qualquer mercadoria novamente. É possível que durante D-M, compra dos meios de produção

necessários, que não tenham sido produzidos ainda, ou se encontram em lugares distantes, mas de forma geral se consome menos tempo da circulação do que a venda. Também existe a possibilidade de D-M e M-D estarem separados não só no tempo, mas também no espaço, se, por exemplo, os mercados de mercadorias e trabalho estiverem geograficamente distantes, por isso “A circulação é tão necessária à produção de mercadorias quanto à própria produção, e os agentes de circulação, portanto, tão necessários quanto os agentes de produção.” (MARX, 2000: 142).

Outra diferença entre as formas é que M-D é realização da mais-valia, acontece depois da produção, enquanto que D-M ocorre antes da produção, com a compra dos elementos necessários à produção, meios de produção e força de trabalho.

A velocidade do tempo de circulação determina a duração de mercadorias enquanto valores-de-uso, que por sua natureza são perecíveis. Portanto, se não forem vendidas a tempo estragarão e o capitalista terá prejuízo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como dito no início deste trabalho, o objetivo aqui é dar início para um estudo posteriormente mais profundo sobre as relações sociais no modo capitalista de produzir, isto se faz necessário, pois há uma nuvem que paira sobre o capitalismo e embaça a visão até dos mais profetas, é justamente nesse modo de produção que as relações sociais não são claras e suas particularidades estão nas entrelinhas, no não dito e descritas na obra de Karl Marx.

Na introdução se fez necessário esclarecer os objetivos do presente trabalho, e o porquê se estava estudando Marx, para que não se perdesse a questão central ao longo do texto. Em seguida, foi dada uma atenção no capítulo I sobre o método de investigação de K. Marx, a dialética e o materialismo histórico, dessa forma fica mais claro entender os vai e vens e a dinâmica dos textos marxistas, pois como já dito anteriormente a dialética exige que os fenômenos sejam analisados não isoladamente nem tampouco em repouso, e sim em suas inter-relações gerais e em sua dinâmica. Não foi estudado a fundo o método de K. Marx, pois a questão central do trabalho não era essa, embora seja de grande importância. Assim, não foi explicado, por exemplo, a passagem do abstrato ao concreto e do concreto ao abstrato na concepção dialética, as questões sobre o lógico e o histórico, as análises de indução e dedução, nem tampouco as análises destes, antíteses e sínteses, ou da afirmação, da negação e da negação da negação. Esses apontamentos poderão vir a ser fonte para um estudo ulterior.

Em terceiro lugar, foram introduzidos alguns conceitos marxistas para dar base ao longo do desenvolvimento do texto. Dessa forma foi feita uma explicação desde a mercadoria capitalista, base de todo este modo de produção, das relações entre as pessoas, que fica obscura por detrás das relações entre as coisas. Além disso, categorias marxistas

como valor-de-uso e valor-de-troca, trabalho concreto e trabalho abstrato, divisão social do trabalho e produtividade do trabalho, foram abordadas.

O terceiro capítulo foi dedicado a uma explicação sobre a mais-valia, o que é, de onde vem e para onde vai, além de ter sido feita uma análise sobre seu percurso durante o movimento do capital. As categorias mais-valia absoluta e mais-valia relativa também ganharam uma atenção especial. A razão de ter tido um capítulo em especial para a explicação dessa variável marxista é que a mais-valia é o fim e o começo, o objetivo e pressuposto dos capitalistas, e nela estão escondidas algumas das questões chave que rodeiam as relações sociais no mundo de hoje. Aqui todo o segredo radica em que o processo de produção de um novo valor se prolonga por mais tempo que o incorrido na reprodução do valor da força de trabalho. Desse modo se divide em reprodução da força de trabalho e produção de mais-valia, cuja fonte é consumo da força de trabalho para além do limite de tempo em que se reproduz seu valor.

O quarto capítulo analisou o modo de produção feudal, suas características principais e peculiaridades, tentando mostrar as diferenças entre este modo de produção e o capitalismo, como que no primeiro as relações sociais são mais explícitas do que no segundo, como a relação servo-senhor se dava na prática e como estes homens se reproduziam socialmente. Assim como o quarto capítulo, o sexto tratou de analisar o modo de produção escravagista, baseado ainda mais na força e no domínio do homem pelo homem, entretanto, o modo escravagista de produção não apresentava surpresas nas entrelinhas, como o faz o capitalismo, eram relações sociais explícitas de exploração e ainda que no capitalismo a exploração do trabalhador se vê efetivamente, na escravidão ela não aparecia por detrás das coisas, como relações coisificadas.

Os dois próximos capítulos trataram da produção capitalista e das relações sociais

neste modo de produção respectivamente. Assim foi possível esclarecer algumas questões do capitalismo, como por exemplo, por que os trabalhadores são e serão sempre trabalhadores e os capitalistas são e continuarão a desempenhar tal papel. Vimos que a produção capitalista de acordo com Marx é “produção e reprodução das relações especificamente capitalistas.” E ainda temos que, o produto da produção capitalista não é apenas mais-valia, mas também é capital. O capital diferente do trabalhador, que sai do processo como nele entrou, como mera força de trabalho, o capital sai como valor que se valoriza, e como mais-valia converte-se em capital adicional para repetir novamente o mesmo ciclo e se valorizar novamente,

“O processo de acumulação [...] implica uma nova criação de assalariados, que são os meios para a realização e o incremento do capital existente [...] o capital regula esta produção da própria força de trabalho, a produção de massa humana que há de explorar, em conformidade com as suas necessidades de exploração. O capital não produz portanto apenas capital; produz também uma massa operária crescente, a única substância graças à qual pode funcionar como capital adicional.” (MARX, 1985: 134)

Foi visto dessa forma a relação que o capitalismo estabelece entre os homens e como é mistificada através da relação entre coisas, entre mercadorias, pois aparece aos olhos comuns duas pessoas iguais – capitalistas e assalariados – que se relacionam de forma em que ambos saem ganhando, sem que um prejudique o outro, tendo simplesmente o trabalhador estar nessa posição social por obra divina, pois

“Muitos outros são pobres por causa do pecado individual, que é completamente pela sua própria culpa. Veja Jó 33.3, Provérbios 13.25; 24.30; 21.5; 22.16; 21.17; 28.22; e Deuteronômio 28.48 (Heb. "Chaser"). O pecado individual causa pobreza dolorosa e as pessoas procuram refúgio num pecado ainda maior como roubos, drogas, álcool que ao seu devido turno conduzem à pecados fatais como a imoralidade, doenças e violência. Prov. 30.9, 30.7.”⁶

Ou ainda,

“a reencarnação consegue explicar os porquês de problemas de nascença, ou de problemas que nos acompanham no decorrer da vida. Se as causas não se acharem presentes na atualidade, só podem ser frutos de atitudes cometidas em outras existências. Senão, onde estaria a justiça de Deus, que

⁶ Disponível em: <[http:// www.worldchristians.org](http://www.worldchristians.org)>. Acesso em 10 de janeiro de 2003.

deu saúde e paz a uns e desgraças a outros? Só a reencarnação mostra como o Pai é sábio e justo, pois sua Lei espiritual dá a cada um segundo suas obras, visando sempre um único destino para todos: a felicidade eterna.”⁷

Assim, tudo fica mais fácil de explicar e o senso comum se espalha como erva daninha contribuindo para uma interpretação mundana com base na fé, naquilo que não é possível ver, nem tocar tampouco entender, que, entretanto as pessoas se contentam pois o prometido além vida é realmente tentador. Não nos basta as explicações que não são passíveis de verificação ou demonstração, deve-se, pois, mostrar de fato aqui e agora como as coisas funcionam neste modo de produzir, e relacionar o sofrimento de uns e alegria de outros como consequência das relações sociais e principalmente como consequência das ações do capital.

O capítulo seguinte teve como objetivo entrar na fábrica e explicar como efetivamente se dá o movimento do capital e agora não mais aparece o capitalista, mas sim o capital personificado na figura do mesmo. Foi visto como que o capital portando meios de produção e força de trabalho age entre quatro paredes, como que de posse desses elementos cria uma mercadoria completamente nova e que difere dessas mesmas duas e que ainda possui valor maior do que os elementos incorridos durante o processo produtivo. Foi dada ênfase no ciclo do capital-dinheiro, ciclo este que K. Marx reconhece como o que mais caracteriza o ciclo do capital industrial e este último por sua vez determina o caráter capitalista de produção e implica na oposição de classes, capitalistas de um lado e assalariados de outro.

E por fim, o capítulo destinado à circulação do capital industrial teve como finalidade demonstrar o movimento do capital fora da produção, pois seu movimento dentro da fábrica foi demonstrado no capítulo anterior, assim, a circulação de mercadorias pode ser vista como

⁷ Disponível em: <<http://universoespirita.org.br>>. Acesso em 10 de janeiro de 2003.

um grande obstáculo para a acumulação do capital, uma vez que a circulação não implica em um movimento de valorização, é somente na produção que isto se dá, pois é lá que o trabalho entra em ação, sendo ele elemento único capaz de criar valor. Portanto, quanto menor o tempo de circulação do capital, nas fases D-M, que é a compra dos meios de produção e força de trabalho – elementos necessários para entrar na produção – e M'-D', ou seja, fase de venda da mercadoria e retorno à fase dinheiro, mais rápido a acumulação de capital se realizará.

Pretendeu-se mostrar neste trabalho em resumo, que a produção não é apenas reprodução da relação, é, pois, reprodução numa escala sempre maior, e com o desenvolvimento da força produtiva social do trabalho,

“[...] cresce também perante o operário a riqueza acumulada, como *riqueza que o domina*, como capital; perante ele expande-se o mundo da riqueza como um mundo alheio e que o domina; e na mesma proporção se desenvolve a sua pobreza, a sua indigência e a sua sujeição subjetivas.” (MARX, 1985: 135).

Assim, temos ao mesmo tempo o crescimento do capital e o aumento do proletariado, porém, de lados opostos da mesma moeda. Além disso, o presente texto procurou desmistificar a aparência que as relações sociais entre os homens da sociedade capitalista apresenta, onde no mercado os homens possuindo intuítos iguais buscavam vender e comprar mercadorias, e que só se diferenciam pela mercadoria particular que cada um se dispõe a vender ao outro. Essa é simplesmente a aparência da relação.

Em relação a compra e venda da força de trabalho foi explicado ao longo do trabalho que o processo de produção capitalista não abrange apenas a transformação em capital das mercadorias adquiridas no mercado, mas que estes produtos que são transformados em capital não lhe pertence, são na verdade fruto do trabalho do operário e a ele pertence, entretanto é apropriado gratuitamente pelo capitalista. E no mercado o trabalhador compra do

capitalista uma parte daquilo que ele próprio produziu e não teve direito, compra ele meios necessários à sua subsistência e à de sua família. Devolvendo, assim, o trabalhador ao capitalista aquilo que este último lhe antecipou, seu próprio salário. O trabalhador produz e reproduz sua própria condição de assalariado, pois sai do processo assim como nele entrou, e produz e reproduz a condição do capitalista enquanto tal, como possuidor de um capital capaz de valorizar-se e de enriquece-lo cada vez mais.

A aparência da relação de meros vendedores de mercadorias resulta que estes troquem reciprocamente “os seus próprios trabalhos”, sob a condição de diferentes valores-de-uso. Entretanto,

“A compra/venda da força de trabalho como resultado incessante do processo de produção capitalista implica que o operário tenha que readquirir constantemente uma parte do seu próprio produto em troca de seu trabalho vivo. Com isso se esfuma a aparência da mera relação entre *possuidores de mercadorias*. Esta compra e venda contínua da capacidade de trabalho e a constante confrontação entre o operário e mercadoria por ele próprio produzida, como *comprador* da sua capacidade de trabalho e como capital constante, apresentam-se apenas como *forma mediadora* da sua sujeição ao jugo do capital, do trabalho vivo como simples meio para a conservação e o aumento do trabalho *objetivado* que tornado autônomo com ele se defronta.” (MARX, 1985: 136-137).

Marx ainda vai afirmar que essa continuidade da relação, de um lado o capital como comprador de força de trabalho e de outro o operário como vendedor, constitui apenas forma, aparência que é imanente a esse modo de produção, é pois uma configuração que só se distingue formalmente de outras formas mais explícitas de sujeição do trabalho como o feudalismo e a escravidão, “[...] e da propriedade das condições de produção por parte dos possuidores dessas condições.” (MARX, 1985: 137). Oculta através da simples relação monetária entre duas pessoas dita iguais, a “transição real e a dependência perpétua” que tal relação de compra e venda renova ininterruptamente.

Encerra-se aqui o objetivo do presente trabalho que era tirar a névoa que encobre as relações sociais – de compra e venda da força de trabalho – no modo capitalista de produção,

há, entretanto muito mais a ser estudado e aprofundado, porém a forma e o objetivo da monografia limita e restringe o estudante nessa primeira ponte para o caminho da pesquisa científica.

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA

Conhecendo o espiritismo. [online] Disponível na Internet via WWW. URL: <http://universoespirita.org.br>.

BOTTOMORE, T. B.; GUIMARÃES, Antonio Monteiro. **Dicionário do pensamento marxista.** 2. ed. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1988.

ENGELS, Friedrich. **A dialética de natureza.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

ENGELS, Friedrich. **Anti-Dühring.** La Habana: Editorial Pueblo y Educación, 1975.

GANSHOF, F. L. **O que é feudalismo.** 2ª ed. Publicações Europa-América

LENIN, Vladimir I. **El Desarrollo del Capitalismo en Rusia: El proceso de la formación de un mercado interior para la gran industria.** Editorial Ariel, 1974.

LENIN, Vladimir I. **Obras Completas.** t.I. 5ª ed. La Habana, Editorial de Literatura Política, 1967.

LUXEMBURG, Rosa. **A Acumulação do Capital: estudo sobre a interpretação econômica do imperialismo.** Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1983.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política: livro 1 vol.I e II.** 16ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política: livro 2.** 8ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política: livro 3.** 5ª ed. Rio de Janeiro, Bertrand, 1991.

MARX, Karl. **Contribuição a critica da economia política.** 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

MARX, Karl. **Capítulo VI Inédito de O Capital: resultado do processo de produção imediata**. São Paulo, Editora Moraes, 1985.

MARX, Karl. **Formações econômicas pré-capitalistas**. 5. ed. - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

MARX, Karl. **El Capital**, t.I, II e III. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 1973.

MARX, Karl. **Contribución a la crítica de la economía política**. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 1975.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Obras escolhidas**. São Paulo: Alfa-Omega, 1985.

MANDEL, Ernest. **Tratado de economia marxista**. Ediciones Era, 1991.

MEILLASSOUX, Claude. **Antropologia da escravidão: o ventre de ferro e dinheiro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995

PINSKY, Jaime. **O modo de produção feudal**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979

Por que os pobres são tão pobres. [online] Disponível na Internet via WWW. URL: <<http://www.worldchristians.orb>>

PRADO JUNIOR, Caio. **Notas introdutórias a lógica da dialética**. São Paulo: Brasiliense, 1959.

ROSDOLSKY, Roman. **Gênese e estrutura de O Capital de Karl Marx**. Rio de Janeiro: EDUERJ: Contraponto, 2001.

SANDRONI, Paulo. **O que é mais-valia**. São Paulo: Abril Cultural Ed Brasiliense, 1985

SWEEZY, Paul M. **Do feudalismo ao capitalismo**. São Paulo: Martins Fontes, 1977

WILLIAMS, Eric. **Capitalismo e Escravidão**. Rio de Janeiro: Ed. Americana, 1975.